

A TERRITORIALIDADE GAÚCHA NO NORTE DO PARANÁ: APONTAMENTOS SOBRE IDENTIDADE, MIGRAÇÃO E CULTURA NOS CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS

RESUMO

Neste trabalho compreendemos o território em uma perspectiva relacional enfatizando a dimensão simbólica das relações sociais a partir da interface entre migração, cultura e identidade. Analisamos as trajetórias de migrantes gaúchos no Norte do Paraná e sua participação nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) de Londrina e Maringá, evidenciando os aspectos socioculturais que contribuem para a manutenção de sua identidade territorial. Estes espaços não são de uso exclusivo de migrantes gaúchos, o que nos permitiu verificar a existência de novos sujeitos sociais que resultam do hibridismo cultural entre paranaenses e gaúchos, os quais estamos denominando de *paranaúchos*, que são indivíduos nascidos no Paraná, mas que vivenciam a cultura gaúcha participando ativamente dos CTGs. A metodologia utilizada envolve pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa em campo e registro fotográfico.

Palavras-chave: migração gaúcha; territorialidade; Norte do Paraná; Centros de Tradições Gaúchas.

RESUMEN

En este trabajo se entiende el territorio en una perspectiva relacional haciendo hincapié en la dimensión simbólica de las relaciones sociales de la interfaz entre la migración, la cultura y la identidad. Hemos analizado la trayectoria de los migrantes gauchos en el norte de Paraná y su participación en Centros de Tradiciones Gauchas (CTGs) de Londrina y Maringá, destacando los aspectos socioculturales que contribuyen al mantenimiento de la identidad territorial. Estos espacios no son de uso exclusivo de los migrantes gauchos, lo que nos permitió probar la existencia de nuevos sujetos sociales que resultan de la hibridación cultural entre Paraná y Rio Grande do Sul, que estamos llamando paranaúchos, que son individuos nacidos en Paraná, pero que experimentan la cultura gaucha y participan activamente de los CTGs. La metodología consiste en la investigación bibliográfica y documental; investigación de campo y registro fotográfico.

Palabras clave: migración gaucha; territorialidad; Norte de Paraná; Centros de Tradiciones Gauchas.

ABSTRACT

In this paper we understand the territory in a relational perspective emphasizing the symbolic dimension of social relations from the interface between migration, culture and identity. We have analyzed the trajectories of gauchos migrants in northern Paraná and their participation in Gaucho Traditions Centers (CTGs) of Londrina and Maringa, highlighting the socio-cultural aspects that contribute to the maintenance of its territorial identity. These spaces are not the exclusive use of gauchos migrants, which allowed us to check for new social subjects that result from cultural hybridity between Paraná and Rio Grande do Sul, which we are calling for paranauchos, which are individuals born in Paraná, but who experience gaucho culture of actively participating in CTGs. The methodology involves bibliographical and documentary research; field research and photographic record.

Keywords: gaucho migration; territoriality; Northern Paraná; Gaucho Traditions Centers.

Tatiana Colasante
Doutoranda do Programa de
Pós Graduação em Geografia
da Universidade Estadual
Julio de Mesquita Filho
Campus Presidente Prudente
Bolsista da Fundação de
Amparo à Pesquisa do Estado
de São Paulo
E-mail:
tati.colasante@gmail.com

INTRODUÇÃO

Dentre as múltiplas abordagens que o conceito de território nos permite utilizar, optamos por analisar a identidade territorial a partir de uma dinâmica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Neste entendimento, o território em uma perspectiva relacional nos possibilita compreender de que forma os indivíduos se apropriam do território não somente do ponto de vista político, mas também simbólico e culturalmente. O mote para este estudo é o processo migratório que possibilita que os indivíduos vivam em constante (re) construção de sua identidade territorial. Nesta perspectiva, ao longo do tempo, os indivíduos se tornam um híbrido cultural, resultando em uma mescla de identidades que são formadas paulatinamente de acordo com as relações sociais que vão estabelecendo. Soma-se a isso o fato de que, culturalmente, o Brasil é um país constituído hibridamente devido às constantes intervenções étnicas na sua formação territorial, possibilitando a existência de especificidades regionais.

A partir deste entendimento inicial, optamos por realizar um estudo sobre os migrantes gaúchos residentes no Norte do Paraná. Isso porque os estudos realizados sobre a migração gaúcha negligenciam a vinda destes sujeitos sociais para esta região do Estado. Entretanto, é notória a presença de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) por esta região, o que podemos entender como um indício da presença destes migrantes. Em estudos anteriores, identificamos que o Norte do Paraná possui uma colonização recente com relação às demais regiões do Estado e que foi *locus* de atração para imigrantes de várias nacionalidades que buscavam novas oportunidades de vida em território brasileiro. Na realidade, estes imigrantes em sua maioria, eram reimplantados que vinham, sobretudo, de São Paulo e de lá partiam para o norte-paranaense. De qualquer forma, ressaltamos que esta região se tornou uma colônia internacional, com a presença de japoneses, alemães, ucranianos, portugueses, ingleses, dentre outros, além de atrair paulistas, mineiros e baianos.

Os gaúchos, os quais estamos considerando como os indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul, se reterritorializaram fora do seu estado de origem por várias regiões brasileiras, onde fundaram milhares de CTGs a fim de cultivar hábitos e manter vivas as manifestações culturais do Rio Grande do Sul. Trata-se, portanto, de uma cultura extremamente peculiar, cuja tradição perpassa gerações e fronteiras. Com relação à migração dos gaúchos para o Paraná, verificamos que, em sua grande maioria, se reterritorializaram no Sudoeste do Estado, sobretudo, a partir da década de 1940, quando houve a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) que atraiu muitos gaúchos interessados em deixar o Rio Grande do Sul devido a problemas econômicos pelos quais o Estado passava. Justifica-se assim, o interesse que muitos pesquisadores têm sobre o estudo dessa temática nessa região do Paraná. Por outro lado, nossas inquietações se referem à presença dos gaúchos no Norte do Paraná que carece de estudos mais aprofundados e que poderão servir de instrumento de compreensão para a territorialidade gaúcha, agregando novos elementos de análise para estas reflexões.

Dessa forma, tendo como pressuposto a existência dos CTGs, escolhemos os municípios de Londrina e Maringá, no Norte do Paraná que são os maiores do ponto de vista populacional e com maior poder de atração para migrantes. A partir daí, buscamos compreender de que forma os gaúchos estão reterritorializados, evidenciando aspectos de sua tradição e participação nos CTGs, além de resgatar sua trajetória de vida, entendendo assim, como se organizam territorialmente fora do Rio Grande do Sul, ou ainda, como são as identidades territoriais neste processo de vivência entre dois territórios. Por fim, temos a descoberta de novos sujeitos sociais que fazem parte da territorialidade gaúcha no norte-paranaense, os *paranaúchos*, os quais denominamos os indivíduos no Paraná, mas que se consideram gaúchos por fazerem parte dos CTGs e difundir a cultura gaúcha.

A fim de suprir nossas demandas teóricas e reflexivas, apresentaremos algumas discussões sobre as concepções de território, que é o conceito basilar da nossa análise, enfatizando diferentes perspectivas que estão sendo utilizadas pelos geógrafos na atualidade e buscando estabelecer relações com o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização que auxilia no entendimento da dinâmica migratória e também da construção das identidades territoriais. Por fim, apresentamos os resultados empíricos obtidos através de entrevista com migrantes gaúchos, de diferentes faixas etárias, disponibilizando alguns depoimentos dos nossos informantes que contribuem para os estudos da rede de tradições gaúchas do Norte do Paraná.

SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Na ciência geográfica, muitos são os conceitos que possibilitam uma apreensão do nosso objeto de estudo, tais como: espaço, região, paisagem, lugar e território. Este último foi a nossa opção para o desenvolvimento da pesquisa, pois, ele nos fornece os pressupostos teóricos para a compreensão da formação das identidades territoriais, já que estas não são resultado de processos de autonomia, mas também de heteronomia, nas quais são nítidas as relações políticas e de poder. Dessa forma, a dimensão simbólica não pode ser analisada unilateralmente, mas inserida em um processo multifacetado que abrange aspectos distintos de uma mesma realidade.

Para Raffestin (1993), o território é formado a partir do espaço, sendo resultado de um ator sintagmático que se apropria do espaço, territorializando-o. Para o autor, todo o entendimento do território passa por uma perspectiva relacional, pois, são as relações que possibilitam a leitura tanto do poder político quanto de suas manifestações espaciais. Segundo Gottmann (1973), o território reflete um modelo de organização espacial resultante da divisão e diversificação que apresentaria duas funções: abrigo/proteção e como um “trampolim” de oportunidades, pois, disponibiliza elementos econômicos e políticos, dentre outros. Para conseguir atingir esse objetivo, faz-se necessário uma organização interna e externa das relações sociais. Em seus estudos sobre território, Souza (1995 e 2013) afirma que o território só pode ser concebido atrelado à ideia de poder. Por sua vez, o poder só vai ser exercido por intermédio de um território. O autor chama a atenção para a necessidade de não se *coisificar* o território, ou seja, de não correr o risco de não perceber que as fronteiras, os recortes territoriais e os limites se modificam sem que necessariamente o substrato material (formas espaciais e objetos geográficos tangíveis, por exemplo) seja modificado.

Para Haesbaert (2011), as várias concepções de território podem ser agrupadas em quatro vertentes: a) política: que se refere às relações espaço-poder; b) cultural: que aborda a dimensão simbólica e mais subjetiva do território; c) econômica: que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas e; d) natural (ista): que concebe o território a partir das relações sociedade-natureza. Nesse sentido, o autor defende uma visão do território a partir de uma perspectiva híbrida do espaço, propiciando uma interação espaço-tempo, na qual o território é concebido levando-se em consideração múltiplas relações. É por esse caminho que enveredamos nossas proposições, pois, mesmo privilegiando a dimensão simbólica do território, não consideramos que exista somente esta perspectiva de análise, pois, o território acima de tudo, engendra relações de poder que, por sua vez, resultam em distintas territorialidades.

Sack (1986) conceitua a territorialidade como uma estratégia com objetivo de controlar pessoas e coisas em determinada área. Entretanto, a territorialidade não ocorre somente em termos estratégicos ou em grandes empresas, mas no próprio cotidiano dos indivíduos, em diversas situações, tais como: delimitação de espaços nos quais as crianças podem ou não brincar, cercamento de residências etc. São nessas áreas delimitadas e restritas

que refletem as ações é racionais e intencionais na formação territorial e, consequentemente, territorialidade. Para Saquet (2011, p. 27), “[...] as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução [...] a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo”. Isso porque o território é formado a partir das relações sociais em dado período de espaço e tempo de forma contínua, o que confere novas representações para a territorialidade de acordo com cada grupo social que engendra ações no território.

Dessa forma, torna-se evidente que a dimensão simbólica e a perspectiva cultural das relações são muito intrínsecas ao território. As ações cotidianas dos indivíduos com seu grupo social e com o seu espaço refletem mudanças, mas também permanências, inseridas em constantes processos de ressignificações. Temos, portanto, um elo estreito entre território (e territorialidade) com as identidades, já que estas últimas são um dos pontos centrais nas práticas espaciais que possibilitam aos indivíduos uma maior coesão social, o que não necessariamente transmite a ideia de homogeneidade, mas a possibilidade de unir pontos em comum de sociabilidade, trazendo sentimentos de familiaridade e conforto aos indivíduos.

Consideramos que apesar de possuir diversos graus de utilização e apropriação, umas das características inerentes ao território é que muitas vezes, os limites se processam a partir de barreiras (in) visíveis que condicionam a acessibilidade dos indivíduos. Esses entraves que delimitam o território não se restringem aos aspectos políticos e econômicos, mas são também de cunho simbólico-cultural. Portanto, as ações que condicionam o comportamento humano se tornam passíveis de exprimir uma territorialidade, de maneira com que fiquem evidentes os limites entre o “nosso” e o do “outro”. O território está condicionado a uma organização espacial e temporal sempre mediado por atores sociais que ora atuam de forma individual ora coletiva (ou simultaneamente) e que irão ocupar determinados pontos no espaço em função de suas intencionalidades, o que permite que tanto o território quando a territorialidade assumam múltiplas possibilidades de manifestações.

A MIGRAÇÃO E A IDENTIDADE TERRITORIAL NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO-RETERRITORIALIZAÇÃO

Como mencionamos, o território é compreendido por intermédio das relações sociais, nas quais o poder é o elemento constituinte que se destaca nesta abordagem. Nesse sentido, segundo Raffestin (1993, p. 162), a territorialidade seria “[...] a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”, pois, está presente em todas as escalas espaciais e sociais, interagindo com todas as relações, inclusive de poder. Através da sua configuração em malhas, nós e redes que o território consegue assegurar o poder e o controle do/no espaço, possibilitando uma maior coesão entre os territórios dentro daquilo que o referido autor denomina de *sistema territorial*. O mote central desse sistema é que as ações engendradas pelos atores sociais conduzem as relações de poder que para ser expandidas ou otimizadas, é necessário estabelecer ligações multiescalares de diversas ordens como econômicas, políticas e/ou culturais, sendo necessário, portanto, que o território seja constituído a partir de um sistema de tessituras que vão delimitar os diferentes campos de ação.

Compreendemos que a tessitura territorial é o elemento mais geral nesse sistema, pois, vai projetar um sistema de limites ou de fronteiras mais ou menos funcionalizadas. Essas delimitações serão desdobradas em um conjunto de malhas que se constituem em unidades políticas e de infraestruturas multiescalares. Essas malhas são heterogêneas porque se constituem a partir de diferentes formações territoriais e vão se interligar a diversos pontos no território que se referem à localização dos atores individuais e coletivos. Os pontos, por sua vez, se constituem em redes pelo movimento dos atores sociais que necessitam estabelecer

comunicação. Além do controle, as redes funcionam como uma maneira de assegurar a comunicação pelo território.

Na atualidade, temos a configuração de uma sociedade em rede moldada a partir dos constantes movimentos espaço-temporais, implicando em novas territorializações, segundo Haesbaert (2011). Sendo assim, os simbolismos e as referências culturais são recriados não somente com a estabilidade, mas através do movimento, resultando em *territórios-rede*. Para Saquet e Mondardo (2008, p. 126), no processo de mobilidade as redes são portadoras de uma identidade construída entre territórios, pois, “[...] o migrante objetiva-subjetiva um território interativo, relacional, no qual a identidade pode ser compartilhada e modificada com os demais membros de cada grupo social e da sociedade em geral”. Nesta perspectiva, o processo migratório envolve diferentes territórios, o que resulta em uma interação em forma de rede que articula múltiplos fatores políticos, econômicos e culturais que se materializam por diferentes pontos do território.

De acordo com Santos (1996), a mobilidade se tornou praticamente uma regra, de tal forma que os homens se assemelhavam a turistas já que se deslocam constantemente, inseridos em um processo de *desterritorialização*. Para o autor, a *desterritorialização* significa, simultaneamente, estranhamento e desculturização, pois, quando chegam a determinado lugar desconhecido, os indivíduos tendem a entrar em um processo de alienação. Por esta razão, as identidades territoriais contribuem para que os indivíduos tenham um sentimento de afetividade e identificação com os elementos que fazem parte de seu cotidiano, além de possibilitarem o estreitamento das relações interpessoais. Destacamos que o migrante enquanto sujeito principal da nossa pesquisa possui complexas relações com o território, pois, está em constante processo de *desterritorialização* e *reterritorialização*. No processo migratório, podemos relacionar a existência de múltiplas interações reticulares que envolvem, simultaneamente, um território de origem e um território de destino. Assim, nas redes migratórias, a identidade exerce papel importante para os migrantes já que contribui para que indivíduos se tornem mais coesos e até mesmo acolhidos em um território estranho.

Nesta discussão, Haesbaert (2005) nos convida a refletir sobre o papel do migrante enquanto sujeito principal no processo de *desterritorialização*. Esta reflexão é interessante e pertinente na medida em que nos leva a indagar se de fato no processo de *desterritorialização* existe uma perda efetiva do território e, se existe, de qual território estamos falando. Neste ponto, devemos entender que existem diferentes formas de compreender a *desterritorialização*. Segundo o autor supracitado (2012), a *desterritorialização* pode ter as seguintes interpretações: i) uma perspectiva economicista: na qual a *desterritorialização* é vista como uma superação dos entraves locais, podendo até ser sinônimo de “deslocalização”; ii) uma perspectiva cartográfica: na qual a *desterritorialização* possibilita a superação do espaço pelo tempo, ou seja, a diminuição do fator geográfico ou espacial em favor da história e do tempo; iii) uma perspectiva de dominação da imaterialidade: enfatiza o domínio das relações imateriais sobre as bases materiais; iv) uma perspectiva de “esvaziamento das fronteiras”: a *desterritorialização* abordada em um sentido político-disciplinar e; v) uma perspectiva culturalista: o território é concebido como *locus* da referência cultural que quando perde o sentido, se transforma em um *não-lugar*.

Como pudemos notar, a *desterritorialização* não implica, necessariamente, na perda efetiva do território, mas está inserida em um processo que envolve constantes territorializações. Dessa forma, quando analisamos as trajetórias dos migrantes gaúchos que saíram do Rio Grande do Sul para o Paraná na nossa pesquisa, conseguimos perceber que a *desterritorialização* vivenciada por eles, é muito mais relativa à uma abordagem culturalista. Assim, em um primeiro momento, o Rio Grande do Sul é o *locus* de sua referência identitária, enquanto o Paraná atua como um *não-lugar*. Entretanto, com o passar dos anos, este migrante muda sua percepção sobre o lugar de destino e, de certa forma cria novos laços afetivos que

conferem novos elementos para a sua identidade territorial, possibilitando, inclusive que estes possuam uma afetividade com o Estado que residem atualmente contribuindo para a sua permanência definitiva no Paraná.

De acordo com as definições de Deleuze (1988, s.p.), “[...] não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”. Concordamos com Saquet (2003, 2007, 2009, 2011) quando este compreende os processos de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* (*T-D-R*) sob uma perspectiva histórica e relacional, reticular e multidimensional, como um movimento espaço-temporal definido historicamente por fatores econômicos, político, culturais e naturais (*E-P-C-N*) cujos elementos coexistem sincronicamente. Assim, o processo *T-D-R* estaria vinculado de forma incessante, através de descontinuidades engendradas por estratégias distintas, dinamizadas, sobretudo, por processos históricos que são determinados pela expansão do capitalismo. Nesta dinâmica, pode ocorrer uma redefinição das identidades territoriais em função das novas relações sociais estabelecidas com o território de origem e de destino. Segundo Haesbaert (2007, p. 20): “Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um ‘animal territorial’”. Reiteremos, assim, que a desterritorialização, a territorialização e a reterritorialização são traços inerentes dos indivíduos e se processam continuamente.

Para o migrante, as identidades territoriais se tornam inconstantes à medida que necessitam se adaptar a novos costumes e novas relações cotidianas. Ao mesmo tempo, muitos ainda portam vínculo (sobretudo, familiares) com seu território de origem, o que de certa maneira contribui para que essa identidade tenha uma duplicidade, ou uma hibridez mais acentuada, pois, se mantém indefinida entre dois territórios. Ademais, existe outro aspecto que implica em uma complexidade maior nos estudos sobre identidade e território que se refere ao grupo de migrantes que buscam reproduzir seus valores em outros territórios, como é o caso dos gaúchos que criam Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) por todo o Brasil e em diversos países do mundo como forma de manter vivas as tradições de seus antepassados. Com isso, acabam difundindo sua cultura para outros sujeitos, os quais muitos sequer estiveram no Rio Grande do Sul ou até mesmo vivenciaram determinados hábitos. Cria-se, portanto, uma rede de tradições gaúchas que perpassa as fronteiras sul-rio-grandenses.

Para Santos (2002, p. 8), a identidade é entendida como “[...] o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Assim, a importância da identidade territorial a partir da coletividade como no exemplo citado anteriormente, se manifesta por intermédio do estreitamento dos vínculos sociais entre os indivíduos, além de buscar a conservação da cultura gauchesca, que possui especificidades diversas e é muito apreciada pelos paranaenses. Segundo Castells (1999, p. 22), a identidade pode ser compreendida como “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”. Esses significados que são apreendidos pelos migrantes não são fixos no território, o que permite uma mobilidade também dos aspectos relativos à cultura entre os territórios. Portanto, as identidades territoriais também não são estáveis, pelo contrário: são fluídas e se desterritorializam com os indivíduos, que levam consigo elementos identitários do território de origem e se (re) territorializam em outro território.

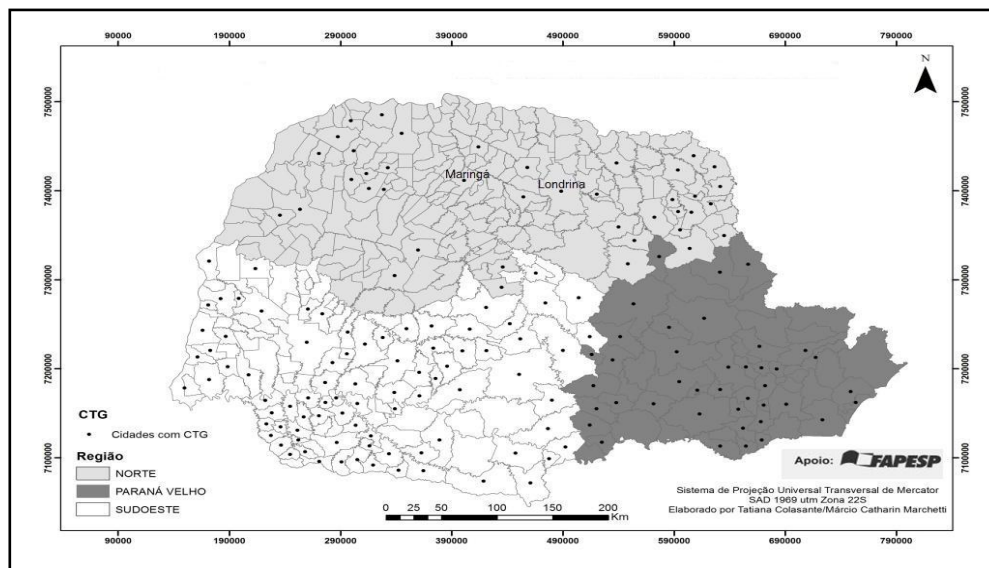
A TERRITORIALIDADE GAÚCHA

Os gaúchos - os quais estamos denominando os gentílicos do Rio Grande do Sul - se constituem no Brasil um dos grupos sociais que mais preserva o tradicionalismo. Muitos destes valores culturais são impregnados de elementos que fazem alusão à Revolução

Farroupilha, de 1835, quando houve um grande conflito de sul-rio-grandenses contra o governo imperial da época. No entanto, existem influências histórico-culturais que também são de extrema importância para a formação da identidade territorial gaúcha. Segundo Bellomo (1996), o Rio Grande do Sul foi constituído a partir de influência de diversas etnias que podem ser agrupadas em *capas culturais*: portuguesa; indígena; negra; alemã e italiana. Essas influências principais também são observadas em outras regiões do Brasil. Entretanto, ressaltamos que a forma que a cultura é repassada, assimilada e apreendida pelo indivíduo depende de especificidades objetivas e subjetivas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a presença do negro não foi tão expressiva quanto no Nordeste do país, já que a atividade voltada à produção do charque, base da economia gaúcha não demandava tanta mão de obra quanto os engenhos de açúcar do Nordeste.

Para compreendermos o forte tradicionalismo observado entre muitos migrantes gaúchos, Menasche (1993) explica que em 1868, um grupo de intelectuais e escritores fundou em Porto Alegre, uma sociedade de letrados denominada *Partenon Literário*, cujo objetivo era enaltecer a cultura regional. Nessa mesma perspectiva, houve a fundação do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre em 1898, primeira agremiação tradicionalista. Já no ano de 1948, estudantes secundários de Porto Alegre, vindos, sobretudo, de famílias de pequenos proprietários rurais, criaram o primeiro Centro de Tradições Gaúchas do país, denominado de 35 CTG (uma referência ao ano da Revolução Farroupilha). Segundo Oliven (1983), devido ao crescimento do tradicionalismo gaúcho, foi criada uma pressão no governo para a criação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, em 1974 com a finalidade de preservar a cultura gaúcha. Para o autor, além da ação ideológica do estado, este tradicionalismo vem criando valores que não eram comuns a determinados indivíduos, como por exemplo, no caso de jovens urbanos de classe média que passam a utilizar bombachas e tomar chimarrão, hábitos típicos do meio rural.

Este movimento tradicionalista gaúcho que se inicia no Rio Grande do Sul acaba se espraiando por todo o país, com a fundação de vários CTGs pelas regiões brasileiras, contribuindo, dessa forma, para a difusão da cultura gaúcha pelo país e pelo exterior. No Paraná, o fluxo migratório gaúcho tem como processo emblemático a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em Vila Marrecas (atual município de Francisco Beltrão, Sudoeste paranaense) pelo Governo de Getúlio Vargas na década de 1940, com a finalidade de estimular a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul para esta região que era pouco povoada. Neste processo de reterritorialização, os primeiros colonos quando chegavam, procuravam imprimir algumas expressões culturais neste novo território, como uma forma de remeter à sua cultura deixada para trás. Assim como nas demais regiões do país, no Paraná também existem dezenas de CTGs que se encontram distribuídos por todo o Estado. Nosso recorte espacial privilegiou os municípios de Londrina e Maringá, no Norte do Paraná, por serem os maiores da região (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição espacial dos CTGs no estado do Paraná, por regiões

Fonte: Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná, 2013.

Com relação ao Norte do Paraná, os estudos são escassos a respeito da migração gaúcha, o que nos levou a um questionamento sobre este grupo social, já que a presença dos CTGs nos municípios que estamos trabalhando, poderiam implicar na existência de um número significativo destes migrantes e também uma forte coesão social no tocante à sua identidade territorial, com vistas à preservação de sua cultura. A partir disso, começamos a fazer algumas indagações que nortearam nossa metodologia: quais as principais razões da vinda desses migrantes para o Norte do Paraná? É possível falar em fluxo migratório ou são iniciativas particulares que levam esses indivíduos a deixarem o Rio Grande do Sul? Qual a importância dos CTGs na vida cotidiana destes indivíduos? Como foi a adaptação a uma nova cultura e que elementos ainda preservam do Rio Grande do Sul?

Diante destas indagações principais, buscamos conhecer a história da migração gaúcha e o contexto de criação dos CTGs de Londrina e Maringá. Em um segundo momento, através de uma rede de contatos (principalmente, via redes sociais, em páginas de divulgação dos CTGs), levantamos alguns informantes nascidos no Rio Grande do Sul e que residem em Londrina e Maringá. Obtivemos 26 entrevistas das quais 15 foram realizadas em Londrina e 11 em Maringá. Também fizemos pesquisa em campo nos CTGs destes municípios, fazendo registro fotográfico de festas e dos frequentadores.

Novas formas de compreensão da identidade territorial gaúcha no Paraná

Conforme mencionamos, as nossas entrevistas foram realizadas somente com indivíduos nascidos no RS. Das 26 entrevistas, temos 69% entrevistados do gênero masculino e 31% feminino. A faixa etária predominante é dos 30 aos 45 anos. A respeito dos CTGs, foram visitados o CTG Rincão Sulino de Londrina (Figura 2) e o CTG Rincão Verde de Maringá, nos quais foram realizadas com os responsáveis. Sobre a fundação do CTG de Londrina, o patrão (presidente) nos informou que se deu no ano de 1992, em uma grande mobilização de gaúchos que vieram para a região em função de sentirem a necessidade de construir um lugar no qual pudessem se reunir para difundir a cultura gaúcha. Segundo ele,

pela proximidade entre RS e PR, é algo natural a identificação dos paranaenses com a cultura gaúcha.

Já o CTG Rincão Verde de Maringá (Figura 3) foi fundado em 1983, por iniciativa de um grupo de amigos que já havia fundado um CTG em Campo Mourão (Centro-Oeste paranaense, a cerca de 90 km de Maringá). Uma das particularidades do CTG de Maringá é que este conta com o maior salão para eventos do município e acaba sendo locado para festas, especialmente, casamentos. Esta renda é o que mantém praticamente o funcionamento da instituição. Além disso, o CTG Rincão Verde atua de forma profissional, como se fosse uma empresa. Isso porque todo o setor administrativo é terceirizado, o que possibilita que os diretores atuem em outras esferas e não precisem se preocupar com questões mais burocráticas. Isso facilita, sobretudo, porque a sede do CTG se encontra há aproximadamente 15 km do centro de Maringá e o deslocamento diário se torna inviável. Por isso, torna-se necessário que lá na sede exista um corpo de funcionários responsáveis pela rotina da instituição. Nesse sentido, se difere do CTG de Londrina, cuja administração fica a cargo das pessoas envolvidas com o CTG mesmo e muitos trabalham de forma voluntária.

Figura 2 – Entrada do CTG Rincão Sulino, em Londrina-PR

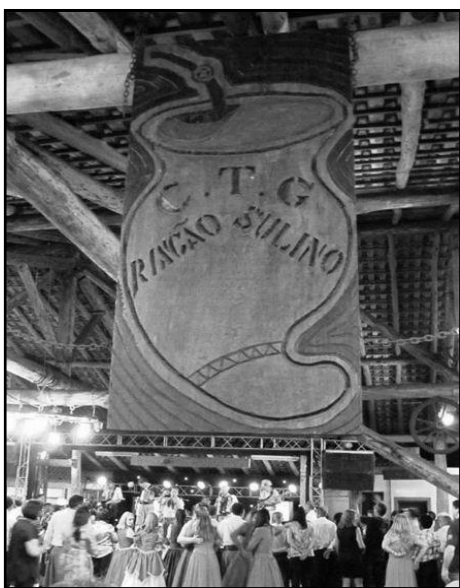


Figura 3 – Sede do CTG Rincão Verde, em Maringá-PR



Fonte: Pesquisa de campo da autora, 2014.

A partir da nossa pesquisa junto aos CTGs, observamos que o termo *gaúcho* não é utilizado somente para designar os indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul, mas se aplica aos indivíduos que se apropriam da cultura gaúcha. Dessa forma, ao contrário do que imaginávamos, os CTGs no Norte do Paraná, são frequentados quase que exclusivamente por indivíduos nascidos no Paraná. Inclusive, ressaltamos que nos dias de festa, os paranaenses se *pilcham* (fazem uso da indumentária tradicional gaúcha) e se torna difícil distinguir um gaúcho nascido no Rio Grande do Sul, de um gaúcho nascido no Paraná. Muitos deles têm grande conhecimento da cultura gaúcha, embora nem sequer tenham estado lá. Nesse sentido, existe uma desconstrução do termo, já que o *ser gaúcho* nos parece estar muito mais atrelado a um estado de espírito do que vinculado ao local de nascimento. Os paranaenses que estão inseridos nessa dinâmica da rede de tradições gaúchas, receberam na pesquisa a denominação de *paranaúchos*, em uma tentativa de demonstrar a forte hibridização cultural.

A respeito da forte identificação por parte de alguns paranaenses com os costumes gaúchos, levantamos a hipótese que o Tropeirismo está intimamente ligado à disseminação da cultura gauchesca pelo território paranaense. Isso porque, este movimento que teve início em meados do século XVIII até o final do século XIX no qual ocorria o transporte de animais do Rio Grande do Sul até Sorocaba-SP, passava pelo PR e, muito mais do que isso, contribuiu para a fundação de diversos municípios no estado. De acordo com Zatti (2013), foi o tropeiro quem trouxe para o Paraná inúmeros termos de origem castelhana como churrasco, charque, rincão, chimango, estância, entre outros. Mathias (2013) também aponta alguns elementos em comum entre Paraná e Rio Grande do Sul, como a atividade rural com a criação de gado nas estâncias, algumas palavras como *piquete*, *invernadas*, *guri* etc.

Com relação aos migrantes gaúchos, podemos agrupá-los de acordo com as seguintes características: a) indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul que nunca frequentaram um CTG; b) indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul que frequentavam o CTG no RS e que continuam frequentando no PR; c) indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul que nunca frequentaram um CTG no RS, mas que frequentam no PR; d) indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul que frequentavam CTG no RS, mas que não frequentam no PR. Ressaltamos que os CTGs que estão localizados no Norte do Paraná não possuem a rigidez que é percebida no Rio Grande do Sul.

A participação de paranaenses em CTGs no norte do Paraná é tão intensa que alguns se tornam padrões dessas instituições. Até mesmo durante as festas mais tradicionais, como os bailes, é difícil encontrar um grande número de gaúchos. Na sua maioria, são paranaenses que trazem a família para participar, principalmente, de almoços nos quais se serve o típico churrasco gaúcho. Aliás, o ambiente familiar é muito destacado nas entrevistas com os migrantes gaúchos que participam dos CTGs, pois, eles acreditam que estes espaços possibilitam uma vivência harmoniosa, onde podem levar a família com tranquilidade, sem medo da violência, como nesse relato: “[...] o ambiente é propício pra educação dos filhos, pela questão de responsabilidade e respeito. Principalmente, respeito, tanto para os pais quanto para os outros” (F., 42 anos, casado, Analista de Recursos Humanos).

Em praticamente todos os entrevistados, notamos que existe um apego muito grande à tradição gaúcha, mesmo dentre aqueles que não costumam frequentar o CTG. Nesse sentido, ainda fazem hábito de alguns elementos da cultura gaúcha no seu cotidiano, especialmente, o chimarrão. Também ressaltamos os sentimentos de orgulho que a maioria dos entrevistados apresenta quando questionados sobre a importância de preservação da cultura gaúcha:

Me vem à mente até saúde...saúde psíquica, saúde de uma forma global, porque é parte da nossa história. Como gaúcha, eu não sei como uma pessoa de fora poderia ver isso, mas acho importante sim. Minha mãe que falava que toda árvore sem raiz morre. É algo que nos mantém forte, determinados (C., 37 anos, casada, professora).

Sobre a sua identidade territorial na atualidade, muitos entrevistados se mostram em dúvidas ao serem questionados. Por um lado, alguns se mostraram enfáticos ao afirmar sua identidade gaúcha: “Ah sou mais gaúcho ainda...meu sotaque não mudou nada...tanto é que todo mundo que fala comigo pela primeira vez já sabe que sou de lá” (E., 44 anos, casado, empresário). Da mesma maneira, observamos na fala de outro entrevistado:

Sou gaúcho. Não sou paranaense. Nem um pouco paranaense. Não tem percentual, é 100% gaúcho. Eu estou aqui, mas eu não sou daqui, sou de Bagé. Gosto muito daqui, me dou com muita gente daqui, se tiver que viver o resto da minha vida aqui, vou viver, mas eu vou ser sempre gaúcho (W., 45 anos, casado, vendedor/propagandista).

Por outro lado, existem aqueles que se mostram divididos, pois, já demonstram estar arraigados ao Estado do Paraná: “Olha, vou dizer para ti que eu sou gaúcho de nascença e paranaense de coração. Diria que eu sou um gaúcho misto. Amo meu Rio Grande, mas adoro o PR” (O., 68 anos, casado, aposentado). Em outra fala, notamos a indecisão: “É meio a meio né? Porque já me adaptei aqui” (M., 59 anos, casada, do lar). Existem outros, porém, que pelo fato de estarem há bastante tempo no Paraná, já se consideram mais paranaense do que gaúcho:

Acho que me considero mais paranaense porque apesar de ser gaúcho, mais da metade dos meus hábitos já são daqui...tomar tererê, mais do que chimarrão...música sertaneja, antes eu não aturava, agora eu já escuto, já tenho no *pen drive* ali do carro. Antes eu gostava mais do frio, mas agora me adaptei ao calor, não tenho nada contra [...] os hábitos foram mudando aqui pra região (C., 24 anos, solteiro, analista de PCP).

Interessante ressaltar que, até mesmo entre os gaúchos que não frequentam o CTG, existe um sentimento muito forte pelo Rio Grande do Sul. Para estes migrantes, é motivo de orgulho ter nascido naquele Estado, sobretudo, por fazerem parte de um grupo social que lutou pelos seus interesses, em grandes acontecimentos históricos, como a Revolução Farroupilha.

Ser gaúcho é, acima de tudo, ter tradições e ser um idealista. Eu vejo o Rio Grande do Sul como o precursor de grandes revoluções, principalmente, eu vejo um Estado que se contrapõe à desonestidade, à truculência estatal. Eu vejo um povo muito idealista, muito culto, muito coeso, muito unido (R., 33 anos, solteiro, empresário).

Assim, a identidade territorial gaúcha é muito atrelada a aspectos de coragem e bravura. Constatamos também que a participação em CTGs não é a única forma de sociabilidade gaúcha existente nos dois municípios de análise. Muitos entrevistados destacaram que costumam se reunir com amigos quando ocorrem partidas de futebol do Grêmio e do Internacional, que são clubes gaúchos. Além disso, grupos de amigos gaúchos também costumam se reunir para cultivar a tradição gaúcha, ouvindo músicas típicas, tomando chimarrão e fazendo comidas típicas, como o arroz carreteiro e o churrasco. Dessa forma, a identidade não se perde, mesmo estando em um território distante.

A respeito do processo de *T-D-R* verificamos que todos os entrevistados costumam voltar ao Rio Grande do Sul com a finalidade de visitar parentes e amigos que ainda estão lá. Portanto, encontram-se em constante processo de idas e vindas, o que de certa forma, contribui para que os laços identitários e os aspectos culturais gaúchos não se percam totalmente. Embora, os entrevistados lembrem com certo saudosismo do RS, a maioria não pensa em retornar para o seu município de origem, sobretudo, aqueles que vieram de municípios pequenos, destacando que a realidade que vivem agora possibilitam que tenham melhor condições financeiras, já que tanto Londrina quanto Maringá são municípios que disponibilizam mais oportunidades para estes migrantes. Até os que vieram de municípios maiores, não pensam em retornar de forma definitiva para o RS, pois, os vínculos familiares que criaram no Paraná se tornam mais fortes do que a vontade de retornar ao RS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apontar neste trabalho, as diferentes abordagens do conceito de território, dando prioridade à perspectiva culturalista, tendo em vista a importância desta para a compreensão das identidades territoriais e a dimensão simbólica do território. Assim, entender as relações sociais que se processam no e a partir do território sob um ponto de vista cultura,

nos possibilita estabelecer alguns elementos de conexão com a formação dos CTGs que se materializam dentro de um contexto de expansão da cultura gaúcha a partir do processo migratório. A partir disso, discutimos a dinâmica da territorialização-desterritorialização-reterritorialização que, na verdade é um processo que não se finda, pois, os indivíduos estão constantemente em movimento e passam por diferentes territórios ao longo de sua trajetória de vida. Nesse aspecto, notamos que os migrantes gaúchos que entrevistamos possuem ainda uma ligação muito estreita com o Rio Grande do Sul, o que impossibilita que eles se integrem totalmente à cultura paranaense. Portanto, se tornam híbridos em sua cultura, agregando elementos de ambos os Estados no seu cotidiano.

Os migrantes gaúchos buscam preservar um pouco da sua tradição através da construção dos CTGs, o que materializa sua territorialidade em várias regiões do país. Por esta razão, é extensa a rede de tradições gaúchas não só pelo Brasil, mas em outros países, refletindo uma cultura extremamente expansionista e coesa. Com relação ao Estado do Paraná, observamos que os CTGs se concentram em maior quantidade na região Sudoeste, pois, foi lá que houve uma iniciativa do governo federal para atrair migrantes gaúchos para povoar a região. Provavelmente, por esta razão, as pesquisas que envolvem migração gaúcha se concentrem mais nessa região. Entretanto, a existência de dezenas de CTGs pela região Norte do Paraná não pode ser desconsiderada e carece de maiores investigações sobre esses grupos sociais.

Através das entrevistas realizadas, podemos considerar que os gaúchos que vieram para o Norte do Paraná o fizeram por iniciativas individuais e não atraídos por determinado elemento de incentivo/atração do aparelho estatal. Dessa forma, não podemos falar propriamente que houve um fluxo nem periodizar as fases dessa migração, pois, cada entrevistado veio por motivos diversos e em períodos desconexos. Mesmo assim, a cultura gaúcha é muito bem aceita e vivenciada por muitos paranaenses que se identificam com esses valores e buscam frequentar os CTGs para reiterar essa identificação. Esses *paranaúchos*, muitas vezes, se confundem com os próprios gaúchos, pois, incorporam até mesmo o jeito de falar. Em contrapartida, muitos gaúchos que residem em Londrina e Maringá não costumam frequentar o CTG seja por falta de costume ou até mesmo por acreditar que existe uma descaracterização da cultura gaúcha.

Segundo os responsáveis dos CTGs de Londrina e Maringá, os CTGs buscam preservar a cultura gaúcha, mas sem aquela rigorosidade que existem nos CTGs do Rio Grande do Sul. Segundo relatos, existe uma maior rigidez no Sudoeste do Paraná, onde teve a onda migratória na década de 1940. É interessante destacar que até os migrantes gaúchos que não tem como costume frequentar os CTGs, demonstram um forte sentimento de orgulho por ter vindo do Rio Grande do Sul. Isso denota a grande identidade territorial que existe entre os gaúchos. A maioria dos migrantes chega ao Norte do Paraná motivada por trabalho e, no geral apreciam a vida em Londrina e Maringá. Apesar disso, muitos nos relataram as dificuldades enfrentadas na vinda para a região, sobretudo, pela recepção indiferente dos paranaenses, de acordo com os entrevistados. Para eles, os gaúchos são muito mais acolhedores e receptivos.

Longe de esgotar a discussão, apresentamos ainda novas formas de socialização dos gaúchos, com a reunião em partidas de futebol ou até mesmo na Semana Farroupilha, que tem extrema importância para a cultura gaúcha. Assim, notamos que a territorialidade não se limita aos espaços ditos oficiais, instituídos através do Movimento Tradicionalista Gaúcho, como é o caso dos dois CTGs investigados, mas se estende a microterritórios cotidianos nos quais os gaúchos estabelecem contato com outros indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul, a fim de estreitar vínculos culturais e não perder suas referências identitárias.

REFERÊNCIAS

- BELLOMO, Harry Rodrigues. Capas e regiões culturais do Rio Grande do Sul. In: FLORES, Hilda A. Hubner. **Regionalismo sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias/Nova Dimensão, 1996, p. 31-32.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede – volume I: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles. O Abecedário de Gilles Deleuze. Entrevista. 1988. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.
- GOTTMANN, Jean. The significance of territory. Charlottesville: University Press Virginia, 1973.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, v. 9, n. 17, 2007, p. 19 – 46.
- _____. Migração e desterritorialização. In: NETO, H.; F. A. P. (orgs). Cruzando fronteiras interdisciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.
- MENASCHE, R. Gauchismo: tradição inventada. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 1, nov. 1993, p. 22-30.
- OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 1, 1985, p. 79-91.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SACK, Robert. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGEU-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.
- A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. Hucitec: São Paulo, 1996.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 11, n. 13, jul.-dez./2008, p. 118-127.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et. al. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à Fapesp (Proc. nº 2013/04634-4) pela bolsa de doutorado que permitiu a elaboração deste trabalho.